

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À
Diretoria e Quotistas da
Guarupart Participações Ltda.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guarupart Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidadas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Guarupart Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administração continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 28 de março de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1


Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante:		173.913	216.722	5.453.804	5.393.561
Caixa e equivalentes de caixa	9	32.363	30	855.572	850.511
Investimento de curto prazo	10	-	-	1.852.958	1.836.607
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	155.384	138.094
Contas a receber de clientes	12	-	-	288.702	268.575
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	14a	185	121	112.568	115.776
Outros tributos compensáveis	14b	1.310	1.310	67.901	58.954
Estoques		-	-	10.278	9.201
Despesas antecipadas		-	-	12.141	13.602
Dividendos a receber - Partes relacionadas	15	139.674	214.882	-	-
Ativo contratual da concessão	13	-	-	1.984.827	1.970.629
Outros ativos circulantes		381	379	113.473	131.612
Não circulante:		3.986.000	3.796.325	23.256.822	22.795.268
Títulos e valores mobiliários	11	55.216	55.216	55.216	55.216
Alienações de investimentos	16	57.220	57.220	57.220	57.220
Contas a receber de clientes	12	-	-	52.449	50.354
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	14a	-	-	3.187	3.187
Outros tributos compensáveis	14b	-	-	5.977	18.422
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	58.800	53.272
Partes relacionadas	15	111.634	122.483	111.634	122.483
Ativo contratual da concessão	13	-	-	16.688.963	16.569.626
Depósitos judiciais		10.114	12.015	24.991	27.869
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	10.244	7.088
Outros ativos não circulantes		3.220	3.220	94.966	57.382
Investimentos	17	3.745.766	3.543.341	232.792	176.210
Imobilizado	18	2.674	2.674	5.592.216	5.327.090
Intangível	19	156	156	268.167	269.849
Ativo total		4.159.913	4.013.047	28.710.626	28.188.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante:		205.565	129.052	3.314.609	2.472.365
Empréstimos e financiamentos	20	110.768	5.994	583.038	659.412
Debêntures	21			1.663.287	497.611
Fornecedores		345	1.952	191.965	241.071
Salários, férias e encargos sociais		-	-	45.654	45.325
Imposto de renda e contribuição social a pagar	22a			63.551	100.195
Encargos regulatórios	23	-	-	39.010	53.767
Outros tributos a pagar	24	5.506	3.831	103.831	101.084
Passivo de arrendamento		-	-	8.075	8.531
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	25			172.507	170.347
Dividendos a pagar		87.963	115.909	279.668	453.407
Adiantamentos de clientes		-	-	21.296	6.779
Opções de compra de ações outorgadas		-	-	10.734	-
Provisões	27			114.891	94.699
Outras passivos circulantes		983	1.366	17.102	40.137
Não Circulante		20.091	120.553	14.578.664	15.124.671
Empréstimos e financiamentos	20	-	95.899	1.867.508	1.962.099
Debêntures	21			7.771.366	8.618.877
Passivo de arrendamento		-	-	38.010	36.263
Adiantamento de clientes		-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	6.143	8.860
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	293	293
Encargos regulatórios	23	-	-	16.641	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22b	-	19	2.890.782	2.700.547
Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos	25			1.499.059	1.473.986
Partes relacionadas	15	13.560	18.104	13.560	18.104
Passivo contratual com clientes	26	-	-	270.522	116.330
Provisão para contingências	28	6.531	6.531	42.872	16.963
Provisões	27	-	-	153.034	146.153
Outras passivos não circulantes		-	-	8.874	26.196
Participação de acionistas não controladores		-	-	6.883.096	6.828.351
Patrimônio líquido:		3.934.257	3.763.442	3.934.257	3.763.442
Capital social realizado	29	476.726	476.726	476.726	476.726
(-) Gastos com emissão de ações reflexa		(38.123)	(38.123)	(38.123)	(38.123)
Reserva de capital	29	51.720	26.058	51.720	26.058
Reserva de lucros	29	3.420.945	3.276.018	3.420.945	3.276.018
Outros resultados abrangentes		22.989	22.763	22.989	22.763
Patrimônio líquido mais participação de acionistas não controladores		3.934.257	3.763.442	10.817.353	10.591.793
Passivo total		4.159.913	4.013.047	28.710.626	28.188.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de operação e manutenção, Infraestrutura, Suprimento de Energia e Prestação de serviços		-	-	1.496.139	1.360.089
Remuneração financeira do ativo de concessão		-	-	1.815.242	2.473.619
Receita operacional líquida	30	-	-	3.311.381	3.833.708
Custos operacionais					
Custo dos serviços prestados	31	-	-	(380.324)	(347.771)
Custo de infraestrutura	31	-	-	(269.565)	(203.142)
Depreciação /amortização		-	-	(147.878)	(141.740)
		-	-	(797.767)	(692.653)
Lucro bruto		-	-	2.513.614	3.141.055
Despesas (receitas) operacionais:					
Administrativas e gerais	31	(3.356)	(3.762)	(181.987)	(149.882)
Depreciação /amortização		-	(8)	(6.034)	(7.850)
Resultado da equivalência patrimonial	17	353.437	467.712	41.168	5.966
Outras receitas		38	21	51.650	75.479
Outras despesas	31	-	-	(64.034)	(202.562)
		350.119	463.963	(159.237)	(278.849)
Lucro antes do resultado financeiro		350.119	463.963	2.354.377	2.862.206
Despesas financeiras	32	(15.974)	(13.590)	(1.175.357)	(1.233.616)
Receitas financeiras	32	17.708	13.264	299.659	267.164
		1.734	(326)	(875.698)	(966.452)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		351.853	463.637	1.478.679	1.895.754
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(148.526)	(140.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(180.751)	(95.452)
Lucro líquido do exercício		351.853	463.637	1.149.402	1.659.798
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		351.853	463.637	351.853	463.637
Acionistas não controladores		-	-	797.549	1.196.161
		351.853	463.637	1.149.402	1.659.798
Lucro líquido por lote mil quotas do capital final atribuído aos sócios da companhia - R\$		0,74	0,97		
Quantidade de quotas do capital - lotes de mil		476.726	476.726		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações do resultado e resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	351.853	463.637	1.149.402	1.659.798
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão Reflexa	226	-	-	-
Resultado abrangente total	352.079	463.637	1.149.402	1.659.798
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	351.853	463.637	351.853	463.637
Acionistas não controladores	-	-	797.549	1.196.161
Resultado abrangente total	351.853	463.637	1.149.402	1.659.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Gastos com emissão de ações reflexa	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão de balanço	Total Controladora	Ajustes de transações com partes relacionadas	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Capital						
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	476.726	(38.123)	95.345	2.832.926	58.797	(0)	35.683	3.461.354	-	6.665.624	10.126.978
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					(32.739)			(32.739)			(32.739)
Outros resultados abrangentes do exercício						-	(12.920)	(12.920)			(12.920)
Outros Ajustes						19		19			19
Variação na participação dos acionistas não controladores									162.727		162.727
Lucro líquido do exercício						463.637		463.637		-	463.637
Dividendos propostos						(115.909)		(115.909)			(115.909)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				347.747		(347.747)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	476.726	(38.123)	95.345	3.180.673	26.058	(0)	22.763	3.763.442	-	6.828.351	10.591.793
Ágio / Deságio em transação de capital reflexa					25.662			25.662			25.662
Outros resultados abrangentes do exercício						19	226	245			245
Outros Ajustes						-		-	54.745		54.745
Variação na participação dos acionistas não controladores									-		-
Dividendos adicionais (nota 21 f)				(118.982)				(118.982)			(118.982)
Lucro líquido do exercício						351.853		351.853		-	351.853
Dividendos propostos						(87.963)		(87.963)			(87.963)
Lucro remanescente à disposição da Assembléia				264.137		(264.137)		-			-
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	476.726	(38.123)	95.345	3.325.828	51.720	(228)	22.989	3.934.257	-	6.883.096	10.817.353

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	351.853	463.637	1.149.402	1.659.798
Ajustes no lucro para:				
Resultado de não controladores	-	-	(797.549)	(1.196.161)
Resultado da equivalência patrimonial	(353.437)	(467.712)	(41.168)	(5.966)
Depreciação e amortização	-	8	153.912	149.590
Valor residual das baixas do imobilizado	-	-	2.195	2.584
Valor residual das baixas de investimentos	-	-	-	715
Valor residual das baixas do intangível	-	-	10.227	5.659
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e	15.304	13.486	1.204.422	1.293.245
Receitas financeiras	(16.190)	(13.263)	(240.823)	(232.775)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	(148.526)	(140.504)
Imposto diferido	-	-	(180.751)	(95.452)
Ajuste participação de minoritário	-	-	54.745	162.727
	(2.470)	(3.844)	1.166.086	1.603.460
(Aumento) redução de Ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(22.222)	(84.970)
Ativo contratual da concessão	-	-	(133.535)	(753.687)
Estoques	-	-	(1.077)	(956)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(5.528)	(33.065)
Tributos e compensar	(64)	(8)	6.706	(67.758)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	83.814
Investimento de curto prazo	-	-	208.282	(63.592)
Títulos e valores mobiliários	-	2.086	(17.290)	(14.342)
Outras contas a receber	(2)	(6)	(19.445)	55.939
Cauções e depósitos judiciais	1.901	(2)	2.878	(378)
Partes relacionadas	27.039	83.060	27.039	83.060
Instrumentos financeiros	-	-	(3.156)	(7.088)
Despesas antecipadas	-	-	1.461	(5.351)
	28.874	85.130	44.113	(808.374)
Aumento (redução) de Passivos				
Fornecedores	(1.607)	26	(49.106)	40.758
Salários, férias e encargos sociais	-	-	329	459
Contribuições e impostos a recolher	1.675	1.419	185.424	250.673
Imposto de renda diferido	-	1	396.078	270.643
Taxas regulamentares e setoriais	-	-	-	1.427
Provisões de constituição dos ativos	-	-	-	(165.707)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(2.717)	8.860
Passivo Contratual com clientes	-	-	154.192	116.330
Adiantamento de clientes	-	(12)	14.517	(8.322)
Outras provisões	-	-	14.136	(312)
Dividendos a pagar	-	-	-	-
Partes relacionadas	(4.544)	(604)	(4.544)	(604)
Outras contas a pagar	(383)	358	(57.528)	34.819
	(4.859)	1.188	650.781	549.024
CAIXA (APLICADO NAS) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.545	82.474	1.860.980	1.344.110
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Investimento	(20)	-	(15.414)	(19.891)
Imobilizado	-	-	(334.352)	(954.368)
Intangível	-	-	(14.579)	(3.688)
Dividendos recebidos	252.128	183.545	-	-
	252.108	183.545	(364.345)	(977.947)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Empréstimos tomados	-	-	706.859	2.627.182
Amortizações e pgtos de empréstimos	(6.429)	(5.541)	(1.819.040)	(2.171.869)
Passivo de arrendamento	-	-	1.291	(3.619)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(36.648)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(234.891)	(260.477)	(380.684)	(307.846)
	(241.320)	(266.018)	(1.491.574)	107.200
(REDUÇÃO)AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE C	32.333	1	5.061	473.363
DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO)AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo no início do exercício	30	29	850.511	377.148
Saldo no final do exercício	32.363	30	855.572	850.511
	32.333	1	5.061	473.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Guarupart tem por objeto social a participação em outras sociedades, civil ou comercial, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia, acionista ou quotista bem como a gestão e a comercialização de bens próprios.

Sua principal participação societária é na Alupar Investimento S.A., uma sociedade por ações, de capital aberto, CNPJ 08.364.948/0001-38, e tem suas ações negociadas na bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão) e tem por objeto a participação em outras sociedades atuantes nos setores de energia e infraestrutura, no Brasil ou no exterior, como acionista ou quotista; a geração, transformação, transporte, a distribuição e o comércio de energia em qualquer forma; elaboração de estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação e manutenção de usinas de geração de energia, de linhas de transmissão e de transporte, subestações, rede de distribuição e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares; e a realização de quaisquer outros serviços ou atividades na área de infraestrutura.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS), e apresentadas de forma condizente com normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de março de 2022.

3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

4. Uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contratos de concessão (notas explicativas 7.2) – avaliação do momento de reconhecimento do ativo da concessão; definição da taxa para precificação do componente de financiamento dos ativos do contrato; principais premissas na alocação da receita a cada obrigação de performance, determinação das margens ponderado pela contraprestação variável (parcela variável);
- Imobilizado (nota explicativa nº 18) e intangível (nota explicativa nº 19) - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisões (nota explicativa nº 27); reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos (nota explicativa nº 25) - principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 22) – principais premissas em relação aos valores realizáveis referentes aos contratos de concessão; e
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 33) - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Instrumentos financeiros derivativos e Hedge accounting (nota explicativa nº 33.3) - julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. As premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

5. Moeda funcional e de apresentação e conversão de entidade no exterior

5.1 Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada "Alupar".

5.2 Conversão de saldos de entidade no exterior

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data-base das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As receitas e despesas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa média de câmbio do exercício. A Companhia registra em outros resultados abrangentes variações cambiais resultantes da referida conversão de suas controladas no exterior. Tais variações somente serão transferidas para a demonstração do resultado em caso de baixa do investimento.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

6. Base de Consolidação

6.1 Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. O controle, por sua vez, é obtido quando a Companhia e/ou uma de suas controladas estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações contábeis individuais (controladora) as informações contábeis de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 participação da Companhia nas controladas e controlada em conjunto se apresentava da seguinte forma:

Empresa	Atividade	País	Participação 31/12/2023 (%)		Participação 31/12/2022 (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas diretas						
Alupar Investimento S.A	Holding		50,92	-	50,92	-
Controladas indiretas						
ACE	Comercializadora	Brasil	100,00	-	100,00	-
AETE	Transmissão	Brasil	-	32,06	-	32,06
AF Energia	Prestadora de serviços	Brasil	100,00	-	100,00	-
Água Limpa	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Alupar Chile	Holding	Chile	100,00	-	100,00	-
Alupar Colombia	Holding	Colômbia	100,00	-	100,00	-
Alupar Peru	Holding	Perú	100,00	-	100,00	-
Apaete	Holding	Brasil	36,96	-	36,96	-
EAP I (x)	Geração	Brasil	20,90	79,10	42,67	57,33
EAP II (x)	Geração	Brasil	28,46	71,54	36,79	63,21
EAP III	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP IV	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP V	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VI	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EAP VII	Geração	Brasil	99,90	-	99,90	-
EATE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EBTE (i)	Transmissão	Brasil	-	25,51	-	25,51
ECTE	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
EDTE (vi)	Transmissão	Brasil	-	25,06	-	25,06
EDV I (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV II (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV III (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV IV (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00
EDV X (ix)	Geração	Brasil	-	100,00	-	100,00

Continua...

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Empresa	Atividade	País	Participação 31/12/2023 (%)		Participação 31/12/2022 (%)	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
ELTE	Transmissão	Brasil	99,99	-	99,99	-
ENTE	Transmissão	Brasil	50,01	-	50,01	-
ERTE	Transmissão	Brasil	21,96	28,05	21,96	28,05
ESDE (iii)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ESTE (i)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETB	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
ETC	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETEM	Transmissão	Brasil	62,79	-	62,79	-
ETEP	Transmissão	Brasil	50,02	-	50,02	-
ETES	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
ETSE (iv)	Transmissão	Brasil	-	50,02	-	50,02
ETVG	Transmissão	Brasil	100,00	-	100,00	-
Ferreira Gomes	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
Foz	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
GET	Geração	Brasil	51,00	-	51,00	-
Ijuí	Geração	Brasil	49,00	51,00	49,00	51,00
Iracema	Geração	Brasil	100,00	-	100,00	-
La Virgen (viii)	Geração	Perú	2,98	88,69	3,67	86,07
Lavrinhas	Geração	Brasil	61,00	-	61,00	-
Lumitrans (i)	Transmissão	Brasil	15,00	40,01	15,00	40,01
Queluz	Geração	Brasil	68,83	-	68,83	-
Risaralda (vii)	Geração	Colômbia	0,34	99,62	0,34	99,62
STC (i)	Transmissão	Brasil	20,00	40,01	20,00	40,01
STN	Transmissão	Brasil	51,00	-	51,00	-
TAP	Transmissão	Brasil	100,00	-	-	-
TCC	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
TCE (vii)	Transmissão	Colômbia	-	99,99	-	99,99
TECP	Transmissão	Brasil	99,94	-	-	-
TEL (vii)	Transmissão	Colômbia	-	100,00	-	-
TME	Transmissão	Brasil	60,00	-	60,00	-
TPE	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
Transirapé (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transleste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
Transminas	Holdings	Brasil	70,02	-	70,02	-
Transudeste (ii)	Transmissão	Brasil	-	33,71	-	33,71
TSM	Transmissão	Brasil	65,70	-	65,70	-
UFV Pitombeira	Geração	Brasil	99,99	-	99,99	-
Verde 8	Geração	Brasil	85,00	-	85,00	-
Windepar	Holdings	Brasil	100,00	-	100,00	-
Controlada em conjunto:						
TNE (*)	Transmissão		51,00	-	51,00	-

(i) Controladas diretamente pela EATE. (ii) O controle é obtido por meio do controle que a Grupo exerce sobre a EATE e a Transminas, que juntas detêm 51% do capital votante da investida. (iii) Controlada diretamente pela ETEP. (iv) Controlada diretamente pela ECTE. (v) Participação indireta via EATE. (vi) Participação indireta via ENTE. (vii) Participação indireta via Alupar Colômbia. (viii) Participação indireta via a controlada Alupar Peru. (ix) Participação indireta via a controlada Windepar. (x) Participação indireta via Foz. (*) A TNE é controlada em conjunto pois decisões relevantes sobre o negócio são tomadas por unanimidade de votos dos acionistas detentores de ações votantes para serem aprovadas.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- d) Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Nas operações com controladas, os lucros não realizados são totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada (*downstream*), os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original. Nas demonstrações individuais da Companhia, a eliminação do lucro não realizado é feita no resultado de equivalência patrimonial, deduzindo-se cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder da controlada, em contrapartida da conta de investimento (como se fosse uma devolução de parte desse investimento), até sua efetiva realização do ativo na controlada.

6.2 Combinação de Negócios

Nas demonstrações contábeis consolidadas as combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo dos ativos e passivos assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações adquiridas pela Companhia e controladas na troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia e de suas controladas no caso de liquidação, são mensuradas com base no valor justo das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

7. Sumário das práticas contábeis

7.1. Instrumentos financeiros

7.1.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por Meio do Resultado Abrangente (VJORA), são classificados como ao Valor Justo por Meio do Resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7.1.2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos.

Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria.

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 33.1

7.1.3. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros, para proteger-se contra riscos de taxa de câmbio e riscos de taxa de juros, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção podem ser classificados como: (i) Hedge de valor justo; (ii) Hedge de fluxo de caixa; e (iii) Hedge de investimento líquido.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

No início de um relacionamento de hedge, a Companhia e suas controladas formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Administração avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os hedges que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de hedge, são atualmente registrados como hedge de fluxo de caixa.

O derivativo designado como instrumento de proteção da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em Outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Caso o instrumento de proteção não mais atenda aos critérios de contabilização, expire, ou seja, vendido, encerrado, exercido ou tenha sua designação revogada, a contabilização de "hedge" é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

A efetividade do hedge é medida com base nas alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do instrumento de hedge que compensam as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa do item protegido. A não efetividade de hedge dar-se-á na medida em que as alterações no valor justo ou os fluxos de caixa do instrumento de hedge são maiores ou menores do que aquelas do item protegido. Para que exista relação econômica significa que o instrumento de hedge e o item protegido deve possuir valores que geralmente movem-se em direções opostas devido ao mesmo risco, que é o risco protegido.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7.2. Contratos de concessão

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distinta: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as transmissoras de energia mantem sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebem uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Investimentos não amortizados geram direito a indenização pelo Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão, mediante pagamento da indenização.

As controladas da Companhia que possuem concessão de transmissão de energia elétrica registram e mensuram a receita dos serviços que prestam de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes (IFRS 15), CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (IFRIC 12). Caso a concessionária realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados, caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Ativo financeiro da concessão

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento das contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que estes valores a receber, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as controladas da Companhia recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram direito a indenização pelo Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é: (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 6,00% a.a. a 12,300% a.a.; e (ii) atualizado pelo pelo IPCA/IGPM. Adicionalmente, não há alteração da taxa definida no início de cada projeto, qualquer alteração ocorrida no fluxo de recebimentos é reconhecida no resultado do exercício.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra (construção), tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas de infraestrutura e a receita de remuneração financeira dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos; bem como dos encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE que estão registrados na rubrica de “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, no passivo circulante e não circulante.

7.3. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (Controladora).

7.4 Imobilizado

7.4.1. Imobilizado de Geração e Transmissão

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os gastos com manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente, com base nas taxas divulgadas na nota explicativa nº 18 tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastros (UC), e conforme taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo de autorização para os parques eólicos. Estas taxas de depreciação levam em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

O entendimento da Administração da Companhia é que no advento do termo final do contrato de concessão, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são atualizados conforme revisões efetuadas pela ANEEL, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Energia elétrica pode ser produzida ao trazer o ativo imobilizado para o local e condição necessários para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. A entidade reconhece a venda de tal energia elétrica, e o custo, no resultado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

7.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por:

a) Direito de exploração – Uso do Bem Público (“UBP”)

Refere-se ao direito das controladas Ijuí, Foz e Ferreira Gomes de operarem como Concessionárias de Uso do Bem Público (UBP), na produção e comercialização de energia elétrica, conforme contrato de concessão, as quais pagarão por este direito parcelas fixas mensais durante o prazo de concessão, com início a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. O reconhecimento inicial da provisão do pagamento do UBP é em contrapartida ao Intangível e foi reconhecida de acordo com o “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” ajustada ao valor presente pela taxa de desconto que reflete ao valor justo da obrigação. Após o reconhecimento inicial a provisão do UBP é mantida pelo custo amortizado, cujas as parcelas são atualizadas anualmente pelo IGP-M, sendo essa atualização reconhecida em despesas financeiras. Não há incidência de juros.

b) Direito exploração obtidos em combinação de negócios

Refere-se ao direito de exploração da concessão e ou autorização, obtidos em uma combinação de negócios. Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de autorização de exploração, são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica Investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica Intangível. A vida útil desse intangível é o prazo remanescente da concessão e ou autorização.

c) Direito de extensão da outorga

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí, em decorrência da Lei nº. 14.052, publicada em 9 de setembro de 2020, que estabeleceu novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas geradoras hidrelétricas que participaram do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Essas extensões de outorga foram homologadas pela ANEEL, de acordo com a regulamentação estabelecida na Resolução Normativa ANEEL nº 895 e compensaram as geradoras pelo risco hidrológico (*GSF – Generation Scaling Factor*) incorrido no período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo remanescentes da concessão ou autorização dessas controladas.

d) Desenvolvimento de projetos

Refere-se aos custos no processo de desenvolvimento de projetos, como a contratação de serviços de engenharia, viagens e outros. Após a obtenção da autorização/permissão/concessão das licenças para instalação, os projetos desenvolvidos podem ser vendidos ou são transferidos às Sociedades de Propósito Específicos – SPE’s, e os valores gastos no desenvolvimento dos projetos podem que reembolsados ou utilizados como aporte de capital.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações da Administração da Companhia.

7.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia e as controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, a avaliação do valor recuperável é feita anualmente, independentemente da existência de indícios de perda.

Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro-rata.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

7.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

7.7.1. Provisão para compensações ambientais

Em função das suas atividades, as controladas da Companhia constituíram provisões para compensações ambientais. Estas obrigações estão relacionadas a investimentos em unidades de conservação assumidos durante o processo de licenciamento do empreendimento. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Imobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs, PCHs, e LTs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes.

Os custos relativos às Licenças ambientais estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. O reconhecimento inicial é feito em contrapartida ao Imobilizado, Intangível ou Custo de construção - este para as transmissoras que aplicam o "ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão".

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

As licenças prévias, de instalação e operação, obtidas na fase do planejamento, construção e instalação dos empreendimentos, são reconhecidas como custo do item que gere maior impacto ambiental, mais especificamente como custo das barragens (usinas hidrelétricas) ou das torres (transmissoras), conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil desses immobilizados. Já as licenças de operação obtidas após a entrada em operação comercial, são reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência das licenças.

7.7.2. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

7.7.3. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações presentes das obras a serem finalizadas oriundas do contrato de concessão, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica do Immobilizado ou custo de infraestrutura para as transmissoras que aplicam o ICPC 01.

7.7.4. Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

7.8. Benefícios a empregados

7.8.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

7.8.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem os correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. Na Colômbia, aplica-se a alíquota vigente de 33% e no Peru a alíquota vigente de 29,5%.

Determinadas controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Na Colômbia é obtido aplicando o percentual de 3,5% sobre o patrimônio líquido do exercício anterior.

Algumas controladas da Companhia que residem no Brasil em zonas com incentivos fiscais, possuem o chamado "Lucro da Exploração", aprovado pela SUDENE ou SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido para empreendimentos construídos em região incentivada. Esse benefício é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica de "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio.

O imposto de renda e a contribuição social diferida são reconhecidas com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais.

7.10. Encargos Regulatórios

Os Encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Estes saldos estão refletidos no consolidado no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Encargos regulatórios” e “Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos”, respectivamente, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

7.11. Reconhecimento da receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a Companhia e suas controladas satisfazem as obrigações de performance assumidas nos contratos com os clientes, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terão direito. As receitas são classificadas conforme a seguir:

7.11.1. Receita de infraestrutura

Refere-se a receita relativa a obrigação de desempenho relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita de infraestrutura é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, acrescida da margem, pelo valor justo, corrigida pelo índice inflacionário, acrescida do diferimento de Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

7.11.2. Receita de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se ao componente de financiamento existente na receita de infraestrutura, sendo reconhecida pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão de cada contrato – projeto básico, reforço ou melhoria. A taxa implícita reflete o componente financeiro determinado no início de cada contrato de concessão e mantida até o final. A taxa implícita incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia e suas controladas estão no intervalo de 6,00% a 12,30% ao ano.

(Em milhares de Reais)

7.11.3. Receita de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a conclusão da fase de construção e referem-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica. A receita é reconhecida conforme a concessionária mantém a infraestrutura de transmissão disponível, aplicando-se a margem sobre o custo incorrido para operar e manter, definida no projeto inicial em função do CAPEX. A margem de operação e manutenção é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e suas controladas têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão. Estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGP-M ou IPCA e também são acrescidas do diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios.

7.11.4. Parcela Variável (PV), adicional à RAP e Parcela de Ajuste (PA)

A Parcela variável é a penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão de energia elétrica. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) é estimada com base na série histórica de ocorrências, sendo que a média histórica não tem representatividade material. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

O adicional à RAP corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. Está reconhecida como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

A Parcela de Ajuste – PA é a parcela de receita decorrente da aplicação de mecanismo previsto em contrato, utilizado nos reajustes anuais periódicos, que é adicionada ou subtraída à RAP, de modo a compensar excesso ou déficit de arrecadação no período anterior ao reajuste.

7.11.5. Receita de suprimento de energia elétrica

Na Controladora e em suas controladas referem-se a receita de comercialização de energia, registrada com base em contratos firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Nas controladas da Companhia refere-se a venda da geração de energia, registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

7.11.6. Prestação de serviços - Receita de Comissão de Aval de Fiança

A receita de comissão de aval de fiança refere-se a garantia dada pela Alupar à Instituições Financeiras para determinados contratos de empréstimos firmados por suas controladas, a qual é cobrada mensalmente um percentual sobre os montantes em aberto

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7.11.7. Receita de juros

A receita de juros decorrentes de equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são calculadas com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

7.12. Distribuição de lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei.

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

7.13. Resultado por ação

A Controlada efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Não existem instrumentos financeiros de capital que poderiam afetar o lucro líquido por ação por meio de diluição e, portanto, o lucro líquido por ação básico ou diluído são idênticos.

O estatuto da Companhia controlada atribui direitos idênticos às ações preferenciais e às ordinárias com relação a participação nos lucros distribuídos.

7.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia e suas controladas decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

7.15. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

7.16. Segmentos Operacionais

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia e suas controladas para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Os principais segmentos operacionais da consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de operação e manutenção que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas estão majoritariamente localizados no Brasil. Conseqüentemente as informações geográficas não estão sendo apresentadas.

7.17. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS7) – Demonstração do Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

7.18. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações por valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

7.19. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas com base em sua avaliação sobre o arrendamento, se o mesmo transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, classificava-os como operacionais ou financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A Companhia e suas controladas utilizaram como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance da norma e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, isto é, que não foram pagos, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia e suas controladas são partes em determinados contratos com prazos determinados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance da norma, fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

Para definição da taxa incremental de empréstimo a Companhia e suas controladas utilizaram o Depósito Interbancário – DI futuro divulgado pela B3 com prazos de vencimento próximo ao prazo do arrendamento acrescidos do risco de crédito (“spread bancário”) obtidos através de prospectos recebidos de instituições financeiras de primeira linha, a época da adoção inicial dessa norma, uma vez que foi possível obter spreads distintos para prazos diferentes, além do propósito da emissão e por fim, pelas garantias serem semelhantes. A taxa aplicada varia entre 8,50% a.a. a 11,50% a.a. na Companhia e em suas controladas, a depender dos prazos dos contratos.

8. Novas normas e interpretações.

8.1 Em vigor desde 1º de janeiro de 2023

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23 (IAS 8))
- Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26 (IAS 1)); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32 (IAS 12)).

8.2 Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2024, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1));

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- Alterações ao CPC 06 (IFRS 16) Passivo de Locação em uma operação de Sale and Leaseback; e
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (IAS 7) e CPC 40 (IFRS 7).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração média - % CDI		Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Bancos - Depósitos a vista			16	20	37.928	180.548
Certificados de depósitos bancários	99,83%	99,07%	32.337	-	397.265	357.336
Fundos de investimentos	97,30%	96,70%	-	-	388.764	233.220
Aplicações automáticas	20,00%	20,00%	10	10	31.615	79.407
			<u>32.363</u>	<u>30</u>	<u>855.572</u>	<u>850.511</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, e são considerados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo em contrapartida do resultado.

10. Investimentos de curto prazo

Descrição da carteira	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Operações compromissadas	668.420	832.090
Títulos públicos do Governo Brasileiro	1.035.865	850.748
Títulos Privados	147.165	153.583
Outros	1.508	186
	<u>1.852.958</u>	<u>1.836.607</u>

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em três fundos exclusivos, mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foram remunerados em média por 101,03% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99,35% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

11. Títulos e valores mobiliários

	Remuneração média - % CDI		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Fundos de investimentos	99,20%	98,10%	155.384	138.094
			<u>155.384</u>	<u>138.094</u>
<u>Não circulante</u>				
Debêntures (Principal)	100% cdi + Spread	100% cdi + Spread 4,10%aa	55.216	55.216
			<u>55.216</u>	<u>55.216</u>
Total			<u>210.600</u>	<u>193.310</u>

Os títulos e valores mobiliários são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas. Estas contas consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e financiamentos.

12. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas a receber de clientes	10.712	10.712	10.712	10.712
Contas a Receber - Sistema de Transmissão de Energia	-	-	240.277	250.601
Contas a Receber - Sistema de Geração de energia	-	-	100.874	68.328
	10.712	10.712	351.863	329.641
(-) Perdas de crédito esperadas	<u>(10.712)</u>	<u>(10.712)</u>	<u>(10.712)</u>	<u>(10.712)</u>
	-	-	341.151	318.929
Circulante	-	-	288.702	268.575
Não circulante	-	-	52.449	50.354
	-	-	<u>341.151</u>	<u>318.929</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma perda de crédito esperada foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber para o segmento de geração. Para o segmento de transmissão de acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

13. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo de concessão	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	18.540.255	17.604.123
Receita de operação e manutenção	606.157	566.620
Remuneração do ativo de concessão	1.997.004	2.737.546
Receita de infraestrutura	208.102	250.481
Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica	52.899	60.344
Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica	(66.202)	(222.114)
Reclassificação para contas a receber	-	182.445
Realização do ativo contratual de concessão	(2.664.425)	(2.639.190)
Saldo final	18.673.790	18.540.255
Circulante	1.984.827	1.970.629
Não circulante	16.688.963	16.569.626
Saldo final	18.673.790	18.540.255

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica e reequilíbrio econômico de R\$52.899 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$66.202, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" (nota explicativa nº 30) e "Outras despesas" (nota explicativa nº 31) no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$46.552 de ganho e R\$60.972 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica da controlada TSM com base na Resolução Homologatória nº 3.216 de 7 de julho de 2023, do reequilíbrio econômico-financeiro das RAPs obtidos, principalmente, pela controlada STN e por fim pela Revisão Tarifária Periódica do ciclo de 2020-2021 pela controlada ERTE.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os montantes de Ganho pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$60.344 e Perda pelo resultado da revisão tarifária periódica de R\$222.114, registrados respectivamente nas rubricas de "Outras receitas" e "Outras despesas" no consolidado, cujos valores líquidos de impostos são R\$55.828 de ganho e R\$201.724 de perda, referem-se a revisão do fluxo de recebimento de caixa esperado decorrente do resultado da Revisão Tarifária Periódica das controladas ETB, ETAP, ETC, TCC, TPE, ETES, ETSE, ESTE e EDTE, com base na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.050 de 21 de junho de 2022.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

14. Impostos a recuperar

A Companhia e suas controladas, efetuaram as retenções e/ou procederam às antecipações para posterior compensação de impostos e contribuições sociais. Os saldos destes impostos estão assim distribuídos:

a) Imposto de renda e contribuição social compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	3	4	97.460	78.572
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	-	4.818	11.969
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	182	117	13.477	28.422
Total	185	121	115.755	118.963
Circulante	185	121	112.568	115.776
Não circulante	-	-	3.187	3.187
	185	121	115.755	118.963

b) Outros tributos compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social compensáveis				
Programa de Integração Social - PIS	-	-	693	1.642
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -	7	7	4.668	5.637
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.301	1.301	1.823	1.523
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -	-	-	83	99
Imposto sobre Serviços - ISS	2	2	434	546
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	-	-	1.973	3.032
Imposto Geral sobre Vendas - IGV	-	-	7.996	22.393
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	55.500	41.781
Outros	-	-	708	723
Total Outros tributos compensáveis	1.310	1.310	73.878	77.376
Circulante	1.310	1.310	67.901	58.954
Não circulante	-	-	5.977	18.422

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2023 e 31 dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com: sua controladora, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chaves da administração e outras partes relacionadas.

Todas as transações foram realizadas nas condições usuais de mercado e podem ser assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Ativo circulante</u>	139.674	214.882	-	-
<u>Dividendos a receber</u>	139.674	214.882	-	-
Alupar Investimentos S.A	214.882	183.545	-	-
Transnorte Energia S.A	-	-	-	-
<u>Ativo não-circulante</u>	111.634	122.483	111.634	122.483
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	24	22	24	22
Licht Energia S.A	24	22	24	22
<u>Operações de mútuos</u>	111.610	122.461	111.610	122.461
Cime Administração e Participações S.A	111.610	122.461	111.610	122.461

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Passivo não-circulante</u>	13.560	18.104	13.560	18.104
<u>Operações de mútuos</u>	13.560	18.104	13.560	18.104
Ebac	5.042	5.042	5.042	5.042
Cavan Premoldado S.A.	1.005	5.549	1.005	5.549
614 TVC Interior S/A	7.513	7.513	7.513	7.513

16. Alienação de Investimentos

Neste quadro está contabilizado a valor passível de recebimento referente aos investimentos alienados. Em 11/03/2014 foi realizada a venda da participação da Alumini Engenharia S.A, antiga denominação da Alusa Engenharia para a empresa Quatro Participações S/A.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

De acordo com o contrato de compra e venda em 28/03/2014 foram vendidas 41.241.450 ações ordinárias e 102.482.950 preferenciais, por R\$ 56.000 milhões e o exercício da opção de venda e compra realizada em 30/07/2014 por R\$ 32.220mil. Deste valor foram recebidos R\$ 31 milhões, restando o saldo de R\$ 57.220 mil. Em 16/04/2015, foi assinado um 1º aditivo contratual, e em 29/04/2019 o 2º Aditivo onde o foi concedido uma nova carência de 18 meses a com o pagamento em 36 parcelas. Um 3º aditivo foi assinado uma nova carência de 18 meses a partir de 29/10/2020.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empresas coligadas e controladas	3.745.716	3.543.290	22	22
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	223.759	169.121
Participação em outras empresas	51	51	51	51
Propriedades para investimentos	-	-	8.960	7.016
Total	3.745.767	3.543.341	232.792	176.210

Os investimentos em controladas e coligadas estão representados por:

	Alupar Investimento S/A	Outros Investimentos	Total
Total de ações/quotas do capital social	914.275.704		
Total de ações/quotas da controladora	465.580.446		
% de participação	50,92%		
Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2023	7.355.541		
Outras movimentações patrimoniais:			
Lucro líquido do exercício	1.150.986		
	<u>1.150.986</u>		
Movimentação dos investimentos na controladora:			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	3.543.268	22	3.543.290
Dividendos	(176.921)	-	(176.921)
Outras resultados abrangentes reflexos	341		341
Resultado de equivalência patrimonial	353.437	-	353.437
Ganho/Perda na conversão de balanço	(94)	-	(94)
Agio/Deságio em participações	25.663		25.663
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.745.694	22	3.745.716

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

18. imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado consolidado são a seguinte

Imobilizado de serviços	Saldo em	Adições	Baixas	Transferências	Ganho e	Outros	Saldo em
	31/12/2022				perda na		31/12/2023
					conversão de		
					balanços		
Custo							
Terrenos	2.674	-	-	-	-	-	2.674
Edificações	1.965	-	-	-	-	-	1.965
Veículos	895	-	-	-	-	-	895
Total custo	5.534	-	-	-	-	-	5.534
Depreciação							
Edificações	(1.965)	-	-	-	-	-	(1.965)
Veículos	(895)	-	-	-	-	-	(895)
Total Depreciação	(2.860)	-	-	-	-	-	(2.860)
Total	2.674	-	-	-	-	-	2.674
Imobilizado de Geração e Transmissão	Saldo em	Adições	Baixas	Transf.	Ganho e	Outros	Saldo em
	31/12/2022				perda na		31/12/2023
					conversão de		
					balanços		
Em serviço							
Custo							
Terrenos	89.052	831	-	2.767	513	28	93.191
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.599.935	5	-	-	-	-	1.599.940
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.232.727	2.254	(1.130)	7.852	(15.763)	-	1.225.940
Máquinas e Equipamentos	2.125.814	8.989	(684)	518.800	(3.888)	(361)	2.648.670
Veículos	2.291	36	(250)	-	109	151	2.337
Móveis e Utensílios	9.925	205	(60)	30	339	(17)	10.422
Direito de uso sobre arrendamentos	60.839	2.491	-	-	326	6.755	70.411
Total custo	5.120.583	14.811	(2.124)	529.449	(18.364)	6.556	5.650.911
Depreciação							
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(313.585)	(34.217)	-	-	0	-	(347.802)
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(131.145)	(28.648)	10	-	(155)	(1)	(159.939)
Máquinas e Equipamentos	(506.920)	(76.425)	42	-	(574)	15	(583.862)
Veículos	(1.598)	(169)	205	-	(31)	-	(1.593)
Móveis e Utensílios	(5.341)	(561)	56	-	(269)	1	(6.114)
Direito de uso sobre arrendamentos	(23.560)	(6.513)	-	-	(112)	(189)	(30.374)
Total Depreciação	(982.149)	(146.533)	313	-	(1.141)	(174)	(1.129.684)
Total do Imobilizado de Geração e Transmissão em serviço	4.138.434	(131.722)	(1.811)	529.449	(19.505)	6.382	4.521.227
Em curso	1.185.982	319.925	(384)	(529.556)	93.515	(1.167)	1.068.315
Total da movimentação de geração e transmissão	5.324.416	188.203	(2.195)	(107)	74.010	5.215	5.589.542
Total do imobilizado consolidado	5.327.090	188.203	(2.195)	(107)	74.010	5.215	5.592.216

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Imobilizado em curso

a) Imobilizado em curso

O saldo de imobilizado em curso se refere aos gastos incorridos para a construção de usinas eólicas e hidrelétricas e linhas de transmissão, principalmente das controladas TCE (R\$731.496), EAPs (R\$20.844), UFV Pitombeira (R\$276.415) e outros projetos (R\$39.560).

b) Capitalização de encargos

As controladas em fase de construção capitalizam ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os custos de empréstimos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos. Em 31 de dezembro de 2023 os custos de empréstimos líquidos capitalizados foram de R\$28.164 (R\$36.646 em 31 de dezembro de 2022). A taxa de juros utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização representa a taxa efetiva dos empréstimos, financiamentos e debêntures, destas controladas em fase pré-operacional.

c) A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

d) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras, com exceção dos ativos da controlada La Virgen que os forneceu como garantia do seu contrato de empréstimo, no montante de R\$963.536 (R\$1.007.988 em 31 de dezembro de 2022).

19. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível consolidado é a seguinte:

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências para Investimentos	Ganho e perda na conversão de balanço	31/12/2023
Custos						
Serviços	-	-	-	85.974	-	85.974
Outros intangíveis de concessão	86.310	8.553	-	(85.813)	9.915	18.965
Uso do bem público	17.225	-	-	-	-	17.225
Direito de exploração	88.072	-	-	-	-	88.072
Direito de extensão da outorga	83.544	-	-	-	-	83.544
Outros intangíveis	272	-	-	-	-	272
	275.423	8.553	-	161	9.915	294.052
Amortizações						
Outros intangíveis de concessão	(12.645)	(569)	-	-	(160)	(13.374)
Uso do bem público	(5.868)	(466)	-	-	-	(6.334)
Direito de exploração	(26.883)	(2.972)	-	-	-	(29.855)
Direito de extensão da outorga	(5.154)	(3.774)	-	-	(6)	(8.934)
	(50.550)	(7.781)	-	-	(166)	(58.497)
Projeto em desenvolvimento	44.976	9.045	(10.227)	(11.186)	4	32.612
Total	269.849	9.817	(10.227)	(11.025)	9.753	268.167

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

a) Servidões

Refere-se basicamente a valores de servidão de passagem e software registrados ao custo de aquisição e amortizados pelo prazo de concessão ou vida útil, respectivamente, dos dois o menor.

b) Intangível de direito de exploração decorrente de concessão/autorização.

Os direitos de exploração de concessão/autorização gerados na aquisição do controle das subsidiárias estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das concessões/autorizações. Os valores registrados pela Companhia foram originários de investimentos efetuados nos seguintes empreendimentos

	31/12/2023	31/12/2022
Usina Paulista Queluz de Energia S.A.	2.665	2.665
Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A.	5.245	5.245
La Virgem S.A.C. (****)	28.400	28.400
Energia dos Ventos I S.A. (**)	6.164	6.164
Energia dos Ventos II S.A. (**)	3.006	3.006
Energia dos Ventos III S.A. (**)	1.847	1.847
Energia dos Ventos IV S.A. (**)	2.714	2.714
Energia dos Ventos X S.A. (**)	3.933	3.933
Sistema de Transmissão Catarinense - STC (*)	2.420	2.420
Lumitrans - Companhia Transmissora de Energia Elétrica(*)	8.942	8.942
Companhia Transleste de Transmissão (*)	9.766	9.766
Companhia Transudeste de Transmissão (*)	3.814	3.814
Companhia Transirapé de Transmissão (*)	2.767	2.767
Empresa de Transmissão Baiana S.A.	4.391	4.391
Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (***)	1.752	1.752
Outros	246	246
	88.072	88.072
Amortização	(29.855)	(26.883)
	58.217	61.189

(*) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas STC, Lumitrans, Transudeste e Transirapé por parte da Controlada EATE

(**) Ágio gerado na aquisição de ações das controladas EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X

(***) Ágio gerado na aquisição de ações por parte da Controlada ENTE

(****) A controlada La Virgen possui prazo de concessão por tempo indeterminado, logo o direito de exploração gerado na aquisição de controle possui vida útil indefinida

c) Direito de extensão das outorgas

Refere-se ao direito de extensão da outorga obtido pelas controladas Queluz, Lavrinhas, Verde 8, Foz do Rio Claro, Ferreira Gomes e Ijuí em novembro de 2021, em decorrência da repactuação do risco hidrológico assumido por essas geradoras, durante o período de 1º de junho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. Os valores registrados estão sendo amortizados mensalmente e a vida útil desse intangível é o novo prazo resmanescente da concessão ou autorização dessas controladas

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

d) Projeto em desenvolvimento

Para desenvolver um projeto de transmissão ou geração de energia, a Companhia incorre em custos com a contratação de serviços, viagens e outros, inerentes ao processo. Após a autorização/permissão/concessão das licenças para instalação dos projetos desenvolvidos, estes custos são alocados nas respectivas Sociedades de Propósito Específico – SPE's. Os gastos incorridos em um projeto que porventura se torne passível de não instalação são revertidos desta conta para o resultado da Companhia. Estas reversões são baseadas em avaliações trimestrais realizadas pela Administração.

e) Análise de recuperação de impairment

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

f) Garantias ou penhoras

A Companhia e suas controladas não possuem ativos intangíveis dados em garantias ou penhora.

20. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Financiadores	Empresas	Condições contratadas dos empréstimos e financiamentos						Consolidado				
		Data da contratação	Vencimento	Moeda / Principal contratado	Encargos financeiros a.a		Periodicidade da amortização	31/12/2023				31/12/2022
					Indexador	Juros (%)		Custos a amortizar	Encargos	Principal	Total	
Moeda estrangeira												
Operacionais												
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	set/17	nov/23	USD 18.000	-	4,15	Trimestral	-	-	-	-	95.111
Itau Coprbanca New York Branch	Alupar Perú	nov/23	nov/26	(USD) 7.500	SOFR 3M	2,80	bullet / Trimestral	-	-	37.098	37.098	-
Banco Santander Brasil	Alupar Perú	dez/18	dez/22	USD 17.500	Libor (*)	3,42	Anual	-	-	178.855	178.855	183.769
BTG Chile	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 55.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	262.125	262.125	285.070
BTG Calman	La Virgen	set/22	set/29	(USD) 35.000	SOFR 3M	3,45	Trimestral	-	-	166.808	166.808	181.408
Banco Citibank	EAP I	dez/23	fev/24	(USD) 3.581	-	2,52	no final/Semes	-	29	17.336	17.365	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	dez/23	fev/24	ocional 17.463	CDI	1,13	Único no final	-	-	140	140	-
Banco Citibank	EAP II	dez/23	fev/24	(USD) 9.354	-	2,52	no final/Semes	-	75	45.284	45.359	-
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	dez/23	fev/24	ocional 45.614	CDI	1,13	Único no final	-	-	365	365	-
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 20.293	-	1,93	no final/Semes	-	-	-	-	106.053
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP I	jun/22	dez/23	ocional 104.308	CDI	0,98	Único no final	-	-	-	-	(1.345)
Banco Citibank	EAP I	jun/22	dez/23	(USD) 27.707	-	1,93	no final/Semes	-	-	-	-	144.798
Banco Citibank (Derivativo SWAP) (a)	EAP II	jun/22	dez/23	ocional 142.412	CDI	0,98	Único no final	-	-	-	-	(1.837)
Pré - Operacionais												
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	nov/20	nov/23	(USD) 11.000	-	3,40	Anual	-	519	52.553	53.072	57.276
Santander Luxemburgo	Alupar Colômbia	jan/21	nov/23	(USD) 7.000	-	3,40	Anual	-	330	33.443	33.773	37.481
Santander Luxemburgo	TCE	abr/21	ago/22	USD 45.000	-	2,45	final/Mensal	-	-	-	-	-
MUFG BANK	TCE	jul/22	jul/27	(USD) 63.980	SOFR 6M	até 1 ano	tridual/Semestra	(38.092)	18.689	537.572	518.169	425.934
Total de Empréstimos em Moeda Estrangeira								(38.092)	19.642	1.331.579	1.313.129	1.513.718
Circulante								(10.695)	19.642	216.661	225.608	454.281
Não circulante								(27.397)	-	1.114.918	1.087.521	1.059.437
Total de Empréstimos e financiamentos								(41.918)	51.970	2.440.494	2.450.546	2.621.511
Circulante								(12.521)	51.970	543.589	583.038	659.412
Não circulante								(29.397)	-	1.896.905	1.867.508	1.962.099

(*) Taxa libor é uma taxa de juros de referência utilizada por um grande número de bancos que operam no mercado londrino.
 (**) Indicador Bancário de Referência (IBR). A taxa do IBR é mensal

Todos os empréstimos captados pelas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES possuem como garantia o penhor de suas ações detidas pela Companhia. E todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

A Administração da Companhia, suas controladas e controlada em conjunto mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida, bem como o vencimento antecipado de dívidas de outros contratos de financiamento e a cobrança de juros e multa.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estes índices, demonstrados no quadro acima, cuja apuração é exigida anualmente, estavam sendo cumpridos, em linha com as disposições nos contratos de dívida de suas controladas e controlada em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2023 alguns empréstimos e financiamentos das controladas possuíam garantias depositadas na forma de contas reservas, no montante de R\$155.384 (R\$138.094 em 31 de dezembro de 2022) evidenciado na nota explicativa nº 11.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A amortização dos empréstimos e financiamentos por moeda e indexador no longo prazo, é como segue:

Parcelas vencíveis por moeda e indexador	31/12/2023						
	Consolidado R\$						
	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Moeda							
Dólar norte-americano	249.800	68.062	497.182	37.681	23.051	239.146	1.114.922
Pesos colombianos	83.125	-	-	-	-	-	83.125
Real brasileiro	171.695	69.591	66.609	55.561	57.616	277.865	698.937
(-) Custos a amortizar	(11.461)	(11.193)	(6.030)	(240)	(240)	(312)	(29.476)
	493.159	126.460	557.761	93.002	80.427	516.699	1.867.508
Indexador							
CDI	97.568	-	-	-	-	-	97.568
TJLP	64.353	59.797	56.155	46.554	48.304	112.251	387.414
Taxa fixa (Real)	569	-	-	-	-	-	569
IPCA	9.202	9.794	10.454	9.007	9.312	165.614	213.383
Taxa fixa (USD)	172.544	-	-	-	-	-	172.544
IBR	83.125	-	-	-	-	-	83.125
Libor/SOFR	77.259	68.062	497.182	37.681	23.051	239.146	942.381
(-) Custos a amortizar	(11.461)	(11.193)	(6.030)	(240)	(240)	(312)	(29.476)
	493.159	126.460	557.761	93.002	80.427	516.699	1.867.508

- Notas Promissórias - Controladora

Em 17 de Junho de 2021, em reunião de quotistas registrada na Jucesp, foi aprovada a 4ª emissão de Notas Promissórias pela Companhia, as informações resumidas da distribuição da emissão das Notas Promissórias foram publicadas no diário Oficial de 22/06/2021. A nota promissória da 1ª série teve seu vencimento em Junho/2022 e a 2ª série em Junho/2022 e foram pagas em vencimento.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Apresentamos a seguir as informações resumidas das principais características da emissão das Notas Promissórias:

▪	Número da Emissão	4ª Quarta
▪	Valor total de emissão:	R\$ 90.000.000,00
▪	Características das Notas Promissórias	Emissão de 90(noventa) Notas Promissórias, sendo 5(cinco) da 1ª série, 5(cinco) da 2ª séries e 80 da 3ª série)
▪	Valor nominal unitário:	R\$ 5.000.000,00
▪	Data de emissão:	22/06/2021
▪	Destinação dos recursos:	Os recursos líquidos oriundos da captação será destinado ao pagamento de notas promissórias comerciais da 3ª Emissão e reforço de caixa da Emissora.
▪	Condições de remuneração:	100% CDI , acrescida de 2,20% (dois inteiro e vinte centessimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração").
▪	Prazo de vencimento:	As notas promissórias da 1ª série terá seu vencimento em 22 de Junho de 2022 , a da 2ª série em 22 de Junho de 2023 e as notas promissórias da 3ª série terá o vencimento em 22 de Junho de 2024 .
▪	Garantia:	(i) alienação fiduciária de 24.154.589 (vinte e quatro milhões, cento e cinquenta e quatr.o mil e quinhentos e oitenta e nove) ações ordinárias de emissão da Alupar Investimento S.A. de titularidade da Emissora ("Ações Ordinárias Alienadas"), sendo que o valor das Ações Ordinárias Alienadas deverá ser, nos termos do Contrato de Garantia, equivalente a, no mínimo, a 200% (duzentos por cento) do valor Nominal das Notas Promissórias acrescidas da Remuneração até a respectiva Data de Vencimento. e (ii) cessão fiduciária (a) de 100% (cem por cento) do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio de titularidade da Emissora, decorrentes da totalidade de sua participação na Alupar, que venham a ser declarados, pagos ou distribuídos a partir da data de assinatura do Contrato de Garantia, centralizados em uma conta vinculada aberta especificamente para esse fim.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Movimentação de debêntures:	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	7.660.163	6.456.006
Ingresso de dívidas (custo a amortizar)	1.216.874	998.359
Provisão de encargos	926.553	835.354
Variação monetária	96.114	94.553
Amortização do principal	(182.886)	(410.032)
Amortização do encargos	(600.330)	(314.077)
Saldo final	9.116.488	7.660.163

Saldo a amortizar das debêntures por indexador:

Parcelas vencíveis por indexador	Parcelas vencíveis por moeda e indexador						
	Consolidado R\$						
	2025	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
CDI	963.861	639.485	485.001	699.999	-	-	2.788.346
IPCA	848.093	525.150	540.908	1.559.715	527.085	1.079.752	5.080.703
(-) Custos a amortizar	(18.957)	(15.115)	(14.474)	(10.995)	(2.757)	(35.385)	(97.683)
	1.792.997	1.149.520	1.011.435	2.248.719	524.328	1.044.367	7.771.366

22. Imposto de renda e contribuição social

a) A Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Provisão para Imposto de Renda	-	-	15.990	49.389
Provisão para Contrib. Social	-	-	47.561	50.806
	-	-	63.551	100.195

b) Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Imposto de Renda - IRPJ	-	-	2.032.489	1.873.340
Provisão para Contrib. Social - CSLL	-	14	858.293	827.207
	-	5	-	-
	-	19	2.890.782	2.700.547

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

23. Encargos Regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização ANEEL - TFSEE			6.437	5.407
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	10.630	18.477
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	860	991
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	35.571	26.628
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.394	1.521
Ministério de Minas e Energia - MME	-	-	759	743
Total Encargos regulatórios			55.651	53.767
Circulante	-	-	39.010	53.767
Não circulante	-	-	16.641	-
	-	-	55.651	53.767

24. Outros tributos a Pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>				
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	944	946	1.565	1.137
Programa de Integração Social - PIS	11	18	15.012	13.219
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	70	105	66.324	58.875
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	5	-	1.927	1.133
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	2	3.638	4.551
Imposto sobre Serviços - ISS	1	1	9.713	6.749
Retenções - Lei 10.833 PIS, COFINS e CSLL	6		587	497
Imposto Geral sobre Vendas - IGV				11.379
Outros	4.469	2.759	5.065	3.544
	5.506	3.831	103.831	101.084

25. Contribuições sociais e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<u>Não circulante</u>				
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (-	-	216.877	222.849
Taxa de Fiscalização ANEEL (TFSEE) e Reserva Global de Reversão (-	14	1.454.689	1.421.484
PIS e COFINS diferidos	-	5	-	-
	-	19	1.671.566	1.644.333
Circulante			172.507	170.347
Não circulante			1.499.059	1.473.986

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

26. Passivo contratual com clientes

Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$270.522 (R\$116.330 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a receita antecipada, que foi faturada e recebida pela controlada Transmissora Colombiana de Energia S.A.S ESP ("TCE"), em fase de construção e localizada na Colômbia, referente aos valores proporcionais do *Ingreso Anual Esperado*, equivalente a RAP no Brasil, a qual a TCE passou a ter direito a partir de dezembro de 2021, conforme Resolução CREG nº 015 de 2017. Considerando que a obrigação de desempenho de operar e manter o sistema de transmissão de energia não foi cumprido até o momento, os valores mensais faturados, estão sendo reconhecidos como Passivo de contrato no passivo não circulante. Esse reconhecimento representa a obrigação da TCE em cumprir com seus compromissos contratuais. O montante do Passivo de contrato que for sendo registrado até a entrada em operação comercial da TCE prevista para setembro de 2024, será após isso, reconhecido no resultado do exercício de forma linear até o prazo remanescente do contrato, cuja duração total é de 25 anos, contados a partir de 1º de dezembro de 2021, a medida que as condições de reconhecimento de receita forem sendo atendidas.

27. Provisões

Consolidado						
	31/12/2022	Adições	Atualização monetária	Baixas	Pagamentos	31/12/2023
Provisões para constituição de ativos (a)	175.889	68.991	-	(46.119)	(5.523)	193.238
Provisões para compensações ambientais (b)	25.999	6.094	320	(6.111)	(2.366)	23.936
Provisão para desmobilização (c)	12.130	8.207	142	-	-	20.479
Provisão do uso do bem público (d)	26.834	-	3.826	-	(2.860)	27.800
Provisão para ressarcimento (e)	-	4.024	-	(1.552)	-	2.472
	240.852	87.316	4.288	(53.782)	(10.749)	267.925
Circulante	94.699					114.891
Não circulante	146.153					153.034

- As provisões para constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado e de construção de infraestrutura, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.
- As controladas da Companhia realizam investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção de usinas e linhas de transmissão, e realizam programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento das comunidades. As constituições dessas provisões ocorrem somente no momento da construção e implantação dos empreendimentos e são registradas em contrapartida a rubrica de ativo imobilizado. As realizações dessas provisões ocorrem de acordo com a implementação desses programas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

- c. As provisões para desmobilização são constituídas devido a existência cláusulas nos contratos de arrendamentos que determinam que as controladas EDV I, EDV X, EAP I e EAP II deverão, ao final do contrato, devolver o terreno nas mesmas condições em que recebeu, à exceção das obras aterradas, como fundações e rede de água e esgoto. Os contratos de arrendamentos possuem duração de 35 anos, cujos vencimentos coincidem com os prazos de Autorização outorgados pela ANEEL descritos na nota explicativa nº 1. As premissas para a estimativa dos custos de desmontagem da provisão para desmobilização são baseadas utilizando a tecnologia hoje existente, a preços correntes inflacionados pelo IPCA até o fim do contrato, e descontada utilizando a taxa de desconto real de 6% a.a em média. A provisão para desmobilização foi reconhecida inicialmente em contrapartida ao Ativo Imobilizado e qualquer mudança na estimativa de fluxo de caixa para desembolso da obrigação ou da taxa de desconto, serão registradas em contrapartida ao Ativo Imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 12/IFRIC. O Ajuste a valor presente é reconhecido no resultado.
- d. O UBP corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Ferreira Gomes, Foz do Rio Claro e Ijuí calculados até o final dos contratos de concessão, e reconhecidos a valor presente, cuja taxa de desconto aplicada foi de 9,9%. O UBP é pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial, reajustado anualmente pelo IPCA.
- e. Os parques eólicos das controladas EDVs operam com os leilões de Energia de Reserva (LER) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa do leilão, incluindo aplicação de bônus ou penalidades de acordo com as faixas de desvio. Os desvios negativos de geração são apresentados como Provisão de ressarcimento, já os desvios positivos de geração são apresentados na rubrica de Contas a receber, ambos têm como contrapartida a Receita de suprimento de energia elétrica.
- Os limites para exposições positivas e negativas de geração de energia são divididos da seguinte forma: (i) a Quadrienal cuja faixa é entre 90% a 100% ou entre 101% a 130%; e (ii) a Anual cuja faixa é de menor que 90% ou maior que 130%. A faixa Quadrienal é acumulada durante quatro anos e o saldo de energia em megawatt, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, e a faixa Anual é acumulada durante o ano e o saldo, positivo ou negativo, será liquidado em 12 parcelas do ano seguinte, ambos pelos preços megawatt/hora vigentes à época da apuração do ciclo. Diante deste cenário, temos provisões que estão em formação e provisões formadas, ou seja, que o ciclo de apuração foi finalizado.

28. Provisões para contingências

Provisão para contingências: Administração da Companhia e suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso. Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e suas controladas referiam-se aos seguintes principais assuntos:

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

a. Tributário

As controladas da Companhia respondem por processos administrativos referentes a retenção de ISS sobre serviços contratados para implantação de usinas e torres de transmissão.

Cível

b. As controladas da Companhia respondem por processos judiciais, advindos de cobrança de supostos serviços adicionais, originários de contratos decorrentes da implantação dos empreendimentos, visando corrigir suposto desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos firmados.

Trabalhista

c. A Companhia e suas controladas respondem por certos processos judiciais, advindos de processos trabalhistas por questões de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade etc. relacionados a ex-colaboradores.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Processos judiciais				
Tributário	-	-	2.026	1.790
Cível	-	-	27.437	5.108
Trabalhista	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>13.409</u>	<u>10.065</u>
Total	<u>6.531</u>	<u>6.531</u>	<u>42.872</u>	<u>16.963</u>

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A Administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 10.000 para as demandas vinculadas a Companhia e R\$ 5.000 para as demandas vinculadas as empresas Controladas e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Contingências passivas – risco de perda possível

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos judiciais e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos, acredita que as chances de perda são possíveis, devido a sua base sólida de defesa, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e suas controladas estão representados conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Processos judiciais								
Tributário	1	202	1	202	56	45.639	50	46.305
Cível e Ambiental	0	-	0	-	59	345.561	56	304.800
Trabalhista	16	10.846	16	10.846	79	18.903	97	19.659
Regulatório	0	-	0	-	11	6	6	2
	17	11.048	17	11.048	205	410.109	209	370.766

29. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2023 o capital social é de R\$ 476.725.512,00 totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.725.512 (Quatrocentos e setenta e seis milhões, setecentas e vinte e cinco mil, quinhentas e doze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

A composição societária da Companhia em 31 de dezembro é a seguinte:

<u>Quotistas</u>	<u>Quantidade de Quotas</u>	<u>% participação</u>
Cime Administração e Participações S.A	476.725.511	100,00%
Outros Pessoa Física	1	0,00%
Total	476.725.512	100,00%

Reserva de lucros

- Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos;
- Reserva de lucros: Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.
- Reserva de capital

As reservas de capital são decorrentes de ganho ou perda em transação de capital e de reserva para reinvestimento, registrados por reflexo.

- Remuneração aos acionistas

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

30. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
<u>Receita Operacional Bruta</u>		
- Receita de operação e manutenção (Nota 13)	606.157	566.620
- Receita de infraestrutura (Nota 13)	208.102	250.481
- Remuneração financeira do ativo de concessão (Nota 13)	1.997.004	2.737.546
- Suprimento de energia (Nota 24)	816.183	695.358
- Outras receitas	6.459	-
Total - Receita operacional bruta	3.633.905	4.250.005
<u>* Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Imposto sobre Serviços - ISS	(2.792)	(6.701)
Pis	(43.906)	(42.931)
Cofins	(181.064)	(196.458)
Pis e Cofins Diferidos	(33.119)	(91.400)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(92)	-
	(260.973)	(337.490)
<u>*Encargos regulatórios</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(27.855)	(36.194)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(11.135)	(10.558)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(11.133)	(10.558)
Ministério de minas e energia - MME	(5.567)	(5.296)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(12.895)	(12.010)
TFSSE e RGR Diferido	7.034	(4.191)
	(61.551)	(78.807)
Total - Deduções da receita operacional bruta	(322.524)	(416.297)
Receita operacional líquida	3.311.381	3.833.708

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

31. Custos e despesas

• **Controladora**

	Controladora			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas
Custos prediais	789	-	575	-
Serviços de terceiros	1.038	-	-	-
Doações e contribuições	75	-	730	-
Tributos e taxas	838	-	1.199	-
Indenizações a terceiros	508	-	1.258	-
Outros	108	-	-	-
Total	3.356	-	3.762	-

• **Consolidado**

	Consolidado							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Custo do serviço		Gerais e Administrativas	Outras	Custo do serviço		Gerais e Administrativas	Outras
Custos dos serviços prestados	Custo de infraestrutura	Custos dos serviços prestados			Custo de infraestrutura			
Pessoal	100.774	5.552	63.423	-	98.068	9.433	55.453	-
Honorários da administração	-	-	34.279	-	-	-	-	-
Material	14.746	145.894	1.348	-	18.161	102.823	-	-
Custos prediais	-	-	789	-	-	-	1.750	-
Serviços de terceiros	105.444	57.528	57.439	-	91.652	71.982	43.302	-
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	47.613	-	-	-	40.543	-	-	-
Comp. Financ. pela utilização de recursos hídricos -	9.367	-	-	-	9.577	-	-	-
Energia comprada para revenda (nota 24)	50.283	-	-	-	42.481	-	-	-
Provisões	305	-	4.867	-	907	2.316	133	-
Aluguéis	15.186	-	4.330	-	9.460	279	2.105	-
Seguros	24.163	1.034	1.810	-	22.090	1.060	1.493	-
Doações e contribuições	1.024	-	7.478	-	1.040	-	4.906	-
Tributos e taxas	8.618	5.227	3.214	-	8.676	12.148	5.555	-
Indenizações a terceiros	-	-	508	-	-	-	1.199	-
Outros	2.801	54.330	2.502	3.062	5.116	3.101	1.753	838
Perda na revisão tarifária	-	-	-	60.972	-	-	-	201.724
Total	380.324	269.565	181.987	64.034	347.771	203.142	117.649	202.562

O valor de "Outros" em Custo de infraestrutura refere-se a basicamente custo de dívida considerado como custo de infraestrutura, gastos com faixas de servidão e outros gastos.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

32. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras				
- Receitas de aplicações financeiras	1.518	-	263.835	225.525
- Atualização monetária	-	-	11.258	12.434
- Juros sobre contratos de mutuos	16.190	13.263	16.190	13.263
- Instrumentos financeiros derivativos (MTM)	-	-	-	9.691
- Outras	-	1	8.376	6.251
Total	17.708	13.264	299.659	267.164
Despesas Financeiras				
- Encargos e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	15.304	13.486	89.680	173.256
- Encargos s/debentures	-	-	1.088.591	1.022.667
- Ganho (perda) na variação cambial	-	-	(32.661)	7.541
- Perda com instrumentos financeiros	-	-	353	4.306
- Juros sobre arrendamentos	-	-	3.246	7.693
- Despesas bancárias	-	-	15.895	16.671
- Outras despesas financeiras	670	104	10.253	1.482
Total	15.974	13.590	1.175.357	1.233.616

33. Instrumentos Financeiros e gestão de riscos

33.1. Valor Justo e Hierarquia do valor justo

Encontra-se a seguir uma compactação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas apresentados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, bem como utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Consolidado					
	31/12/2023		31/12/2022		Classificação	Nível
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativos financeiros						
Caixa e bancos	37.928	37.928	180.548	180.548	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	817.644	817.644	669.963	669.963	VJR	2
Investimentos de curto prazo	1.852.958	1.852.958	1.836.607	1.836.607	VJR	2
Títulos e valores mobiliários	210.600	210.600	193.310	193.310	VJR	2
Contas a receber de clientes	341.151	341.151	318.929	318.929	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.244	7.088	-	-	VJORA	2
	<u>3.270.525</u>	<u>3.260.281</u>	<u>3.199.357</u>	<u>3.199.357</u>		
Passivos financeiros						
Fornecedores	191.965	191.965	241.071	241.071	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	2.450.546	2.450.546	2.621.511	2.621.511	Custo amortizado	-
Debêntures	9.434.653	9.434.653	9.116.488	9.116.488	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	46.085	46.085	44.794	44.794	Custo amortizado	-
Passivo contratual com clientes	270.522	270.522	116.330	116.330	Custo amortizado	-
Instrumentos financeiros derivativos	8.860	8.860	8.860	8.860	VJORA	2
	<u>12.402.631</u>	<u>12.402.631</u>	<u>12.149.054</u>	<u>12.149.054</u>		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível 2 e nível 3.

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):
 - i) BNDES/BNB/FINAME/FINEM: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia e suas controladas utilizaram o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- Debêntures: O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

Para as debêntures das controladas que não estão precificadas no mercado ativo, a Companhia, com base em suas debêntures, de suas controladas e da controlada em conjunto com características similares, realizou o cálculo do valor justo e não identificou diferenças relevantes. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

33.2. Gerenciamento de risco

O gerenciamento de risco da Companhia busca identificar e analisar os riscos aos quais está exposta afim de definir limites e controles de riscos apropriados, bem como monitorar os riscos e sua aderência aos limites. O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu os Comitês de Finanças, de Auditoria e de Partes Relacionadas. A Companhia busca proteção para os riscos: (a) de crédito; (b) de liquidez; e (c) de mercado.

a) Risco de crédito

Está associado a uma eventual impossibilidade da Companhia e suas controladas realizarem seus direitos provenientes de contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(i) Contas a receber de clientes

Possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes. Na Companhia a comercialização de energia é realizada através de normas e diretrizes aplicadas na aprovação, exigência de garantias e acompanhamento das operações. Nas controladas de transmissão os contratos são mantidos com a ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica, com cláusula de garantia bancária. Nas controladas de geração de energia elétrica existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer a perda destes valores. Este risco é mitigado pela Administração na escolha de seus investimentos tanto em títulos do Tesouro Brasileiro quanto em Instituições Financeiras de primeira linha (Banco do Brasil S.A., Banco Santander S.A., Banco Itaú S.A., Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil S.A.) e com estabelecimento de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

b) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas possuem um nível significativo de endividamento em razão da necessidade de grande volume de recursos financeiros para a realização de investimentos. Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento total consolidado (Soma de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não circulante) era de R\$ 11.885.199, sendo que 9,85% desse valor (ou R\$ 2.450.546) correspondia a endividamento de curto prazo. Desta forma, variações adversas significativas nas taxas de juros na economia brasileira nos impactariam, causando um aumento das despesas futuras da Companhia e suas controladas, o que poderá reduzir o lucro líquido e, conseqüentemente, a capacidade para honrar as obrigações contratuais e os valores disponíveis para distribuição aos acionistas na forma de dividendos e outros proventos. Além disso, a Companhia pode incorrer em endividamento adicional no futuro para financiar aquisições, investimentos ou para outros fins, bem como para a condução de nossas operações, sujeito às restrições aplicáveis à dívida existente.

Caso a Companhia e suas controladas incorram em endividamento adicional, os riscos associados com a sua alavancagem financeira poderão aumentar, tais como a possibilidade de não conseguir gerar caixa suficiente para pagar o principal, juros e outros encargos relativos à dívida ou para fazer distribuições aos acionistas.

Além disso, caso haja descumprimento de determinadas obrigações de manutenção de índices financeiros, poderá ocorrer vencimento antecipado das dívidas anteriormente contraídas, o que pode impactar de forma relevante a capacidade da Companhia e suas controladas de honrar suas obrigações.

Na hipótese de vencimento antecipado das dívidas, os ativos e fluxo de caixa poderão ser insuficientes para quitar o saldo devedor dos contratos de financiamento. Caso não seja possível realizar a manutenção dos níveis de endividamento da Companhia e suas controladas e/ou incorrer em dívidas adicionais, a Companhia e suas controladas poderão ter seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os fluxos de caixa adversamente afetados.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui uma posição de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários no ativo circulante e não circulante que totalizam o montante de R\$2.919.130 no consolidado, bem como uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A gestão de riscos da Companhia e suas controladas tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos negócios. Logo o caixa e as aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às necessidades da Companhia e suas controladas. Busca-se as melhores rentabilidades, levando-se em consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e as taxas contratadas são acompanhadas regularmente comparando-as com as vigentes no mercado.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

A estrutura de capital decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações. Para a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital consolidada da Companhia é de 37,68% de recursos próprios em contrapartida a 62,32% de capital de terceiros (37,57% de recursos próprios e 62,43% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida os empréstimos e financiamentos, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e financiamentos	110.768	101.893	2.450.546	2.621.511
Circulante	110.768	5.994	583.038	659.412
Não circulante	-	95.899	1.867.508	1.962.099
Debêntures	-	-	9.434.653	9.116.488
Circulante	-	-	1.663.287	497.611
Não circulante	-	-	7.771.366	8.618.877
Dívida bruta	110.768	101.893	11.885.199	11.737.999
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.363)	(30)	(855.572)	(850.511)
(-) Investimentos de curto prazo	-	-	(1.852.958)	(1.836.607)
(-) Títulos e valores mobiliários	(55.216)	(55.216)	(55.216)	(55.216)
Dívida líquida	23.189	46.647	9.121.453	8.995.665
Patrimônio líquido	3.934.257	3.763.442	10.817.353	10.591.793
Índice de endividamento líquido	0,01	0,01	0,84	0,85

Adicionalmente a Companhia e suas controladas possuem uma relação dívida sobre patrimônio líquido de 109,87% em 31 de dezembro de 2023 (110,82% em 31 de dezembro de 2022).

c) Risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações com empréstimos, financiamentos, debêntures, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sujeitos a taxas de juros variáveis.

(ii) Risco cambial

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de câmbio refere-se ao fato das controladas da Companhia possuírem transações com instituições financeiras, clientes e fornecedores em moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, denominadas moedas estrangeiras. A moeda funcional da Companhia é o Real brasileiro e de suas controladas é o Novo sol peruano, Peso colombiano, Peso chileno e o Real brasileiro. As controladas da Companhia possuem majoritariamente exposição à dólares americanos, relacionados a transações de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a pagar com fornecedores e contas a receber de clientes. Se a moeda funcional se desvalorizar frente ao Dólar americano, nossas despesas financeiras relacionadas aumentarão e nossos resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados.

(iii) Risco Hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) provém, na sua maior parte, de usinas hidrelétricas. Como o ONS opera o SIN em sistema de despacho otimizado e centralizado, cada usina hidrelétrica, incluindo as concessionárias de geração de energia elétrica da Alupar, estão sujeitas a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

Portanto, com o objetivo de mitigar o risco hidrológico individual de cada bacia do SIN, criou-se o Mecanismo de Realocação de Energia - MRE para compartilhar o risco hidrológico das diversas bacias do SIN. O MRE é um mecanismo que busca repartir a produção de energia entre as usinas hidrelétricas proporcionalmente à garantia física de cada empreendimento, independentemente do seu regime de produção individual. Quando o conjunto de usinas do MRE não produz energia suficiente para atender a totalidade da garantia física deste conjunto, verifica-se uma situação de déficit, usualmente conhecida pelo acrônimo "Generation Scaling Factor (GSF)" ou Fator de Ajuste MRE, que pode resultar em exposições financeiras negativas para os geradores hidráulicos.

Entretanto, ressalta-se que a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica das controladas de geração da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas ao MRE.

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN; (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado; e (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia e suas controladas ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros.

(iv) Risco de Descontratação:

Os recursos das hidrelétricas - controladas de geração da Companhia, estão sendo vendidos no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL), estando, aproximadamente, 15% dos recursos totais descontratados. Eventuais sobras ou faltas de quantidade de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

As controladas de transmissão da Companhia podem sofrer dificuldades operacionais e interrupções não previstas ocasionadas por eventos fora do seu controle. Estes eventos adversos podem ocorrer em forma de acidentes, quebra ou falha de equipamentos e/ou processos, desempenho abaixo dos níveis de disponibilidade esperados, ineficiência dos ativos de transmissão e catástrofes (explosões, incêndios, fenômenos naturais, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares). A cobertura de seguro dessas controladas poderá não ser suficiente para cobrir todos os custos e perdas em razão dos danos causados a seus ativos e/ou interrupções de serviço, causando um efeito adverso relevante ao negócio. Toda a receita obtida com a implementação, operação e manutenção das instalações das controladas de transmissão estão relacionadas à disponibilidade dos serviços. De acordo com os contratos de concessão de transmissão, à aplicação de penalidades é determinada pelo nível e/ou duração da indisponibilidade dos serviços. Caso as operações sejam interrompidas ou não seja cumprido os padrões de qualidade previstos nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica, as controladas poderão ser obrigadas ao pagamento de perdas e danos. Portanto, eventuais interrupções na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica ocasionadas por eventos fora do controle das controladas de transmissão, poderá causar um efeito adverso significativo nos negócios, condição financeira e resultados operacionais das controladas.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

(v) Risco de regulação Risco de regulação

As atividades das controladas da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

33.3. Instrumentos financeiros derivativos e Contabilidade de hedge

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa em reais, as controladas da Companhia passaram a contratar instrumentos financeiros derivativos para proteção da exposição cambial e juros. As operações com NDFs realizadas pela Companhia foram iniciadas e encerradas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2023.

Instrumentos de proteção de dívida em Dólares - Instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de converter para real brasileiro as dívidas e empréstimos denominados em dólares americanos, por meio de SWAPs. Nesses instrumentos as controladas EAP I e EAP II trocam a posição de exposição cambial do dólar americano dos empréstimos tomados pela taxa de juros flutuante do CDI mais taxa de juros fixa (spread). Ganhos ou perdas, bem como a marcação a mercado das operações foram parte reconhecidos no "Ativo imobilizado", pois atenderam os critérios de capitalização, e parte foram reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" a medida que as controladas entraram em operação durante o ano de 2023. Esses instrumentos financeiros derivativos foram encerrados em 24 de janeiro de 2024.

A controlada indireta TCE, localizada na Colombia, possui sua receita definida em dólares americanos cuja conversão para peso colombiano ocorre no momento do faturamento e possui financiamento em dólares americanos cujas liberações dos créditos são indexados a taxa flutuante de SOFR de 6 meses. Com o objetivo de proteção econômica e financeira em pesos colombianos, a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos e o designa como hedge de fluxo de caixa, sendo que a marcação a mercado é reconhecida em Outros resultados abrangentes.

Instrumentos de proteção para receita - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada do faturamento em dólares americanos, e assim ter maior previsibilidade do fluxo de caixa.

Instrumentos de proteção de dívidas em dólares - a TCE contrata instrumentos financeiros derivativos, sendo eles, o SWAP para trocar a taxa flutuante (SOFR de 6 meses) do financiamento em taxa fixa e a venda a termo de dólares americanos por meio de NDFs para mitigar a exposição cambial originada dos desembolsos do crédito do financiamento em dólares americanos. Os contatos de NDFs corresponde a cerca de 20% do crédito do financiamento.

Ganhos ou perdas relacionados ao SWAP para proteção da dívida são reconhecidos atualmente no "Ativo imobilizado", pois atendem os critérios de capitalização, e serão reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro" quando a TCE entrar em operação, e os ganhos e perdas relacionados a proteção da receita são reconhecidos atualmente em Passivo contratual com clientes e serão reconhecidos no resultado quando a controlada atender os critérios para reconhecimento de receita. Os ganhos ou perdas das NDFs relacionadas a dívida em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado na rubrica de "Resultado Financeiro".

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

34. Informações por Segmento

Os principais segmentos operacionais da Controlada Alupar consistem nas atividades de transmissão e geração de energia. Existem também os segmentos: (a) Holding que compreende as atividades financeiras de investimentos e corporativas não associadas aos segmentos operacionais reportáveis; e (b) "Outros" que compreende atividade de comercialização e serviços de O&M que por não serem relevantes não estão sendo reportados separadamente.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e suas controladas e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Os custos e despesas operacionais estão apresentados de forma consolidada na tabela abaixo:

	Transmissão	Geração	Holding	Total
Receita operacional bruta	2.811.263	816.183	-	3.633.905
Receita de operação e manutenção	606.157	-	-	606.157
Receita de infraestrutura	208.102	-	-	208.102
Remuneração do ativo financeiro da concessão	1.997.004	-	-	1.997.004
Suprimento de energia	-	816.183	-	816.183
Outras receitas operacionais	-	6.459	-	6.459
Deduções da receita operacional bruta	(255.874)	(61.858)	(4.792)	(322.524)
Receita operacional líquida	2.555.389	754.325	(4.792)	3.311.381
Custo do serviço				
Energia comprada para revenda	-	(50.283)	-	(50.283)
Encargos do uso da rede elétrica - CUST	-	(47.613)	-	(47.613)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	(9.367)	-	(9.367)
Custo dos serviços prestados	(152.196)	(120.865)	-	(273.061)
Custo de infraestrutura	(269.565)	-	-	(269.565)
Depreciação / Amortização	(4.404)	(143.474)	-	(147.878)
	(426.165)	(371.602)	-	(797.767)
Lucro bruto	2.129.224	382.723	(4.792)	2.513.614
Despesas e receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(76.531)	(38.160)	(73.330)	(188.021)
Resultado de equivalência patrimonial	41.168	-	-	41.168
Outras receitas	49.952	1.660	38	51.650
Outras despesas	(63.209)	-	(825)	(64.034)
	(48.620)	(36.500)	(74.117)	(159.237)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	2.080.604	346.223	(78.909)	2.354.377
Despesas e receitas financeiras				
Despesas financeiras	(810.686)	(252.084)	(112.587)	(1.175.357)
Encargos de dívidas	(789.244)	(257.801)	(134.472)	(1.181.517)
Variações cambiais	(6.873)	14.628	25.019	32.774
Outras	(14.569)	(8.911)	(3.134)	(26.614)
Receitas financeiras	104.825	62.875	131.959	299.659
Receitas de aplicações financeiras	90.489	60.358	129.178	280.025
Outras	14.336	2.517	2.781	19.634
	(705.861)	(189.209)	19.372	(875.698)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.374.743	157.014	(59.537)	1.478.679
IR e CSLL correntes	(118.724)	(27.803)	(1.999)	(148.526)
IR e CSLL diferidos	(164.275)	(7.352)	(9.124)	(180.751)
	(282.999)	(35.155)	(11.123)	(329.277)
Lucro líquido Consolidado	1.091.744	121.859	(70.660)	1.149.402
Participação de não controladores	(433.971)	(19.024)	(344.554)	(797.549)
Lucro líquido	657.773	102.835	(415.214)	351.853

35. Seguros

A Companhia e suas controladas em conjunto mantêm cobertura de seguros contra sinistros sobre os bens do ativo imobilizado, em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

36. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vales refeições e plano de previdência privada, oferecem planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

37. Eventos relevantes

- Recebimento de dividendos intercalares

-

Em 4 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu dividendos intercalares no montante de R\$18.623, referentes a 30 de setembro de 2023, que foram aprovados pelo Conselho de Administração da Alupar, em 9 de novembro de 2023.

- Constituição da Transmissora do Alto Paranaíba S.A. - TAP

Em 22 de janeiro de 2024, a Alupar Investimento S.A. e a Mercury Investments Participações S.A. constituíram a Transmissora do Alto Paranaíba S.A. - TAP, com o objeto de explorar serviços de transmissão de energia elétrica decorrentes do Lote 2 (vide nota explicativa nº 1.2 (I)) do Leilão de Transmissão ANEEL 02/20223 nos moldes definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Alupar é a acionista controladora com participação societária de 99,99%, ficando a Mercury com a participação de 0,001% sobre o capital social da TAP.

- 1ª Emissão de Debêntures – Eólica do Agreste Potiguar I – EAP I e – Eólica do Agreste Potiguar I – EAP II

Em 15 de janeiro de 2024, as controladas EAP I e EPA II realizaram a 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com as seguintes características:

	EAP I	EAP II
Quantidade de debêntures	25.000	55.000
Valor unitário	R\$1.000,00	R\$1.000,00
Valor total	R\$25.000	R\$55.000
Taxa de juros	IPCA + 6,4% a.a.	IPCA + 6,4% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral	Semestral
Pagamento do principal	Anual	Anual
Prazo de Vencimento	15 anos e 11 meses	14 anos e 11 meses
Destinação dos recursos	Gastos incorridos na implementação da Central Eólica – AW São João	Gastos incorridos na implementação da Central Eólica – AW Santa Régia

GUARUPART PARTICIPAÇÕES LTDA.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ambas as emissões estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, cujo cálculo é a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA relativos aos últimos doze meses, onde o resultado deverá ser menor que 4,5x, apurados trimestralmente com base nas demonstrações contábeis consolidadas da Alupar. O recebimento das Debêntures ocorreu em 19 de janeiro de 2024.

- Liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank e dos SWAPS – EAP I e EAP II
Em 24 de janeiro de 2024, as controlada EAP I e EAP II concluíram a liquidação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Banco Citibank e dos Swaps vinculados, nos montantes líquidos de R\$17.738 e R\$46.331, respectivamente.

- Entrada em operação comercial – UFV Pitombeira

Em 16 de fevereiro de 2023 a controlada UFV Pitombeira, localizada no complexo eólico Energia dos Ventos, no município de Aracati, Estado do Ceará, com potência instalada de 61,7 MWp e garantia física de 15,9 MW médios, obteve autorização para início da operação comercial, conforme despacho Aneel nº 438/24 publicado no Diário Oficial.

- Recebimento de Debentures Alumini

Em 11 de janeiro de 2024, foi recebido uma parte do acordo realizado para as debentures emitidas pela Alumini Engenharia, no valor de R\$ 47.164.